



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

## Estado de São Paulo



### Parecer nº 2 ao Projeto de Lei Complementar nº 23/2025 Processo nº 213/2025

Conforme determina o artigo 37 da Resolução 276 de 09 de novembro de 2010 – Regimento Interno da Câmara Municipal, a Comissão de Finanças e Orçamento, emite o presente Relatório acerca do Projeto de Lei Complementar nº 23/2025, de autoria do Prefeito Municipal, sob relatoria da Vereadora Mara Cristina Choquetta.

#### I. Exposição da Matéria

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Dr. Paulo de Oliveira e Silva, protocolou nesta Casa de Leis o Projeto de Lei Complementar nº 23/2025, que **"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 192, DE 14 DE JULHO DE 2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

A propositura visa promover duas alterações na Lei Complementar Municipal nº 192/2005, que trata do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) no município de Mogi Mirim, a saber:

- Inclusão do subitem 11.05 na lista de serviços constante do artigo 1º, com a seguinte redação:

*"11.05. Serviços relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza."*

- Alteração da redação do inciso III do artigo 4º, para incluir o subitem 14.14 na lista de exceções à regra geral de local de incidência do imposto, passando a vigorar com a seguinte redação:

*"III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02, 7.17 e 14.14 do art. 1º desta Lei Complementar."*

O objetivo é conferir legitimidade ao Município para a exigência do tributo sobre estas operações, evitando embargos administrativos e judiciais por ausência de dispositivo legal local. A Mensagem nº 061/25 é clara ao afirmar que *"Sem estas adequações, autuações que contenham em seu escopo a cobrança de tributo que tenha origem nestes tipos de operações sujeitam-se ao risco de embargos administrativos e judiciais pela ausência do dispositivo legal que permita a exigência do resultado tributário destes serviços em favor do Município de Mogi Mirim."*



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

## Estado de São Paulo



A iniciativa busca, portanto, garantir a segurança jurídica e a efetividade da fiscalização no cumprimento das obrigações relativas ao ISSQN no território municipal.

### II. Do mérito e conclusões da relatora

Inicialmente, destacamos que a presente propositura já tramitou pela comissão de Justiça e Redação e Procuradoria Jurídica da Casa, recebendo Pareceres Favoráveis do ponto de vista legal/constitucional.

No tocante ao aspecto orçamentário/financeiro a proposta não configura uma renúncia de receita, mas sim uma atualização da base de incidência do ISSQN e uma reafirmação da competência tributária do Município, em estrita observância às normas gerais de direito tributário estabelecidas pela União. Na verdade, a inclusão do subitem 11.05 representa um potencial aumento de receita para o Município, ao formalizar a base legal para a cobrança de um tributo sobre serviços que, sem a adequação, poderiam estar sendo prestados sem a devida arrecadação municipal.

Em consulta desta relatoria com o setor responsável, fomos informados da dificuldade de estimar com exatidão o impacto positivo na arrecadação, devido à falta de informação da emissão de nota de serviço para o município neste item, desta forma, a propositura possui, mesmo que pequena, a possibilidade de aumentar a arrecadação, entretanto, até o momento, sem que haja a adequação necessária, se torna impossível de mensurar.

A Procuradoria Jurídica do Município, em seu parecer, já havia ressaltado que a ausência dessas atualizações poderia implicar a impossibilidade jurídica de lançamento ou cobrança do ISS sobre tais serviços, gerando risco de nulidade de autos de infração e, consequentemente, perda de arrecadação municipal e insegurança na aplicação do regime tributário local.

Desta forma, o PLC nº 23/2025 é uma medida de responsabilidade fiscal que:

- Aumenta a segurança jurídica da cobrança do ISSQN.
- Potencializa a arrecadação ao incluir novos serviços na base tributável.
- Protege a receita ao garantir a correta definição do local de incidência do imposto.

Diante de todo exposto, considerando que a alteração se torna necessária para dar maior amparo legal e segurança jurídica ao município, não gerando impactos negativos ao erário, não se identifica óbice para a sua regular tramitação e aprovação por esta Casa Legislativa.

### III. Substitutivos, Emendas ou subemendas ao Projeto

Esta relatoria não possui emendas a propor.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



## IV. Decisão da Relatora

Diante de todo exposto, esta Relatoria considera que a presente propositura não apresenta vícios, recebendo parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 02 de dezembro de 2025.

*(assinado digitalmente)*

**Vereadora Mara Cristina Choquetta**  
**Relatora**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - VK30-8FE7-R2R1-23UE



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**



## **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.**

Seguindo o Voto exarado pela Relatora e conforme determina o artigo 37, da Resolução Nº 276 de 09 de novembro de 2.010, a Comissão de Finanças e Orçamento, formaliza o presente **PARECER FAVORÁVEL.**

Sala das Comissões, em 02 de dezembro de 2025.

### **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**VEREADORA MARA CRISTINA CHOQUETTA**  
**Presidente/Relatora**

**VEREADOR MÁRCIO DENER CORAN**  
**Vice-Presidente**

**VEREADORA MARCOS PAULO CEGATTI**  
**Membro**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - VK30-8FE7-R2R1-23UE



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



## Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=VK308FE7R2R123UE>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: VK30-8FE7-R2R1-23UE**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - VK30-8FE7-R2R1-23UE